

**FORMULÁRIO 3 - EXTENSÃO
PROPOSTA E REGISTRO
ELABORAÇÃO DE PROGRAMA/PROJETO DE EXTENSÃO**

RESUMO

Atualmente as crianças necessitam de trabalhos voltados para sua formação tanto humana quanto em termos de vivência corporal, e a ginástica artística quando bem conduzida, auxilia na boa formação da personalidade da criança, levando-a a ser criativa, espontânea, livre, segura, equilibrada e consciente de suas reações e emoções. Ao mesmo tempo, a comunidade do município de Ouro Branco demanda por políticas públicas de esporte e lazer. Neste contexto, este projeto objetiva, a partir da perspectiva do lazer como um direito, valorizar a criança como um ser em formação, enfocando os diversos aspectos do seu desenvolvimento: o lúdico, o aprendizado técnico específico da modalidade, a sociabilidade e valores, incluindo a competição como uma oportunidade de avaliação de rendimento individual inserida numa perspectiva de cooperação. Para tanto, o projeto de iniciação da modalidade "Ginástica Rítmica" será desenvolvido no Ginásio de Ginástica do município, com meninas e meninos na faixa etária de 05 a 12 anos, os quais também participarão de aulas, festivais e apresentações da modalidade.

1 - INTRODUÇÃO

1.1. Caracterização do Problema

As atividades que os indivíduos realizam nos momentos de Lazer vão ao encontro com o que eles pensam e acreditam sobre como e onde ocupar seu tempo livre, condicionados pelo meio onde eles se inserem, trazendo consigo suas experiências, gerando mudanças de valores, sentidos, anseios e desejos, revelando uma relação intrínseca com a questão do aprendizado.

Aprendizado esse que revela com maior frequência a simples associação com experiências individuais vivenciadas dentro de um contexto mais abrangente que caracteriza a sociedade de consumo, o que, muitas vezes, implica a redução do conceito a visões parciais, restritas aos conteúdos de determinadas atividades (WERNECK, 2000).

Assim percebe-se que as vivências estabelecidas nos momentos de lazer dependem do contexto social e histórico de cada indivíduo, que reflete em

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

suas condições financeiras para frequentar certos lugares e exercer determinadas atividades.

Neste contexto, podemos refletir acerca do lazer como um direito social, historicamente construído e intimamente vinculado aos aspectos: *tempo*, que corresponde ao momento presente não se limitando aos períodos institucionalizados; *espaço-lugar* vai além do espaço físico segundo a apropriação dos sujeitos; *manifestações culturais*, conteúdos vivenciados como influência da cultura e ações que são fundadas no lúdico (WERNECK, 2000).

Ao pensar na incorporação da gestão social no terceiro setor, a partir das parcerias entre mercado, Estado e sociedade civil, Pereira (2004) ressalta que a profissionalização de prestadores de serviços se faz presente principalmente na área social, tornando-se uma necessidade. Assim, áreas relacionadas à manutenção da saúde, à preservação do meio ambiente, à questão da moradia, do lazer, da educação de crianças e adolescentes e o atendimento ao idoso sobressaem como prioridades no atendimento às comunidades e organizações sociais.

De acordo com Trigo (1995), o lazer é um dos muitos componentes do âmbito terciário da economia. O que significa que o mesmo compõe o mais importante setor das sociedades denominadas pós-industriais, ou seja, o de prestação de serviços. Este setor favorece a área, a oportunidade de novos negócios, de emprego e de geração de renda, passando a ser objeto de substanciais investimentos profissionais, conferindo ao lazer um mercado de trabalho em expansão. Mundialmente, o lazer vem ocupando a pauta de projetos de investidores, tanto no setor privado, quanto por parte dos governos e até mesmo fundos de pensão (WERNECK, 2001).

Conseqüentemente, o trabalho em serviços de lazer, que embora ainda pese pouco na estrutura ocupacional (em comparação com outros ramos de atividades), passa a se apresentar relativamente dinâmico, em presença da crescente expansão na oferta pública, privada e no terceiro setor da atividade de entretenimento. De fato, nos países desenvolvidos, cada vez mais pessoas estão trabalhando em empresas comerciais, em órgãos governamentais ou no terceiro setor (ou ainda de forma autônoma), abrangendo uma enorme gama

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

de atividades e assegurando um “leque” de opções de lazer dos mais diferentes tipos (PRONI, 2004).

Seja pela via da indústria cultural, ou da cultura popular, na atualidade o lazer representa, entre outras coisas, a incessante busca pelo divertimento. Essa busca pode ser desencadeada com base nas ações empreendidas pelo próprio sujeito, família ou grupo social ou estimulada por meio de ações profissionais. Tanto o conformismo e a passividade, por um lado, quanto o pensar crítico e a resistência, por outro, podem estar presentes nesses dois eixos (STOPPA; ISAYAMA, 2001).

Em termos de inserção e de atuação profissional no campo do lazer, vários exemplos podem ser apresentados. No setor público verifica-se a contratação de profissionais para a realização de ações no âmbito do lazer direcionadas para a população em geral, bem como para o desenvolvimento de projetos diversificados. O setor privado também apresenta possibilidades de atuação voltadas para o lazer em espaços diferenciados, como clubes, campings, hotéis, condomínios, academias de ginástica e parques temáticos. Entidades patronais de direito privado também pertencem a este setor, e realizam trabalhos de lazer bastante expressivos em nosso país. No chamado terceiro setor, por sua vez, são encontradas algumas oportunidades de atuação profissional em ONGs, associações de classes e sindicatos.

Entretanto, Marcellino (2001) ressalta que a prestação de serviços na área do lazer (sobretudo por meio da busca por divertimento) ainda é vista, em larga escala, como oportunidade para o simples preenchimento do tempo disponível das pessoas. Isso denota a necessidade de políticas de lazer que tenham um entendimento amplo sobre a questão. Estudos de Gutterres; Rodrigues (1996) e Zingoni (1998) indicam que as políticas de lazer que predominam em nossa realidade são, muitas vezes, traduzidas como políticas de atividades, nas quais prevalece uma “cultura” dos eventos e da prática, com oferta de eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem reflexos sociais contínuos capazes de enfrentar as desigualdades sociais. É preciso levar em conta, entre outros aspectos, a dimensão da formação e do desenvolvimento de quadros capazes de atuar em equipes de planejamento,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

projetos de equipamentos e de atividades com competência técnica e com compromisso político, tendo em vista promover mudanças na situação injusta encontrada em nosso dia-a-dia, situação que entendemos como de fundamental importância para o campo do lazer (MARCELLINO, 2001).

Para Stoppa; Isayama (2001) são várias as possibilidades de intervenção na esfera do lazer, mas é preciso ter clareza sobre aspectos referentes à especificidade e à abrangência dessa ação. Diante das inúmeras funções que um profissional neste campo pode assumir destacam-se: planejamento, organização, realização e avaliação das vivências de lazer; gerenciamento, coordenação, supervisão e avaliação de projetos e ações de lazer; viabilização de projetos e recursos; realização, registro e socialização de pesquisas; docência, entre outras. Se, por um lado, essa diversidade é interessante, por outro ela é complicada na medida em que envolve um domínio amplo de fundamentos, competências e habilidades, nem sempre trabalhadas adequadamente na formação profissional.

Segundo Stoppa (2000) vem se avolumando nos últimos anos a realização de assessorias, que envolvem a atuação de profissionais como organizadores e/ou orientadores de projetos e programas de lazer, em diferentes âmbitos. Esse tipo de iniciativa visa a implementar novas possibilidades de trabalho e exige do profissional uma formação mais aprofundada, bem como maior experiência com o lazer.

Ressalta-se que a ampla gama de possibilidades de atuação profissional no lazer – sejam ligadas ao setor público, privado e terceiro setor – levanta a questão de como estão sendo desenvolvidos os trabalhos nesses âmbitos e quais experiências significativas merecem ser consideradas para melhor visualização do campo de atuação nessa área.

Marcellino (2001), ao pensar a questão do lazer na sociedade atual, chama a atenção para a ocorrência de um processo antagônico no desenvolvimento de ações que podem estar presentes nesses diferentes setores. Existe uma corrente que enfatiza o lazer como mercadoria – simples entretenimento que visa desviar a atenção de pessoas, consideradas apenas como consumidoras de mais um serviço, ajustando e ajudando os indivíduos a

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

dificultam a participação cultural no lazer.

Pensar em Políticas Públicas para o Lazer, nos remete inicialmente em compreender o que venha a ser Políticas Públicas e em seguida compreendê-las na dimensão do lazer, e no nosso caso, averiguar como o poder público municipal organiza as suas ações/projetos direcionados ao lazer. Guareschi *et al* (2004) entendem Políticas Públicas por um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

A constituição de 1988 é o marco inicial para o reconhecimento do lazer como um direito social como podemos verificar no seu artigo 6º e no § 3º do artigo 217 sobre o papel do poder público em incentivar o lazer “como forma de promoção social”.

Para Meninucci (2008) há um hiato entre o direito ao lazer previsto na constituição e a estruturação de um arcabouço legal definindo tanto os seus princípios, diretrizes, objetivos, quanto os mecanismos e regras institucionais para a sua efetivação. Para a autora a ausência de uma política nacional explícita para a área do esporte e do lazer propiciou o desenvolvimento de políticas locais com diretivas próprias, contexto restrito e frágil tanto no que se refere a sua concepção e sistematização quanto a sua abrangência em termos de qualificação da ação e atendimento ao público.

O primeiro passo do Brasil para a implantação de uma política de esporte e lazer abrangente, em âmbito nacional, ocorreu a partir da criação do Ministério do Esporte (ME), pela Medida Provisória nº 103, de 1ª de janeiro de 2003. A missão desse ministério, segundo os documentos oficiais, é “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”¹. Para alcançar essa missão o ME se estruturou em três secretarias: Secretaria Nacional do Esporte Educacional (SNEE), Secretaria

¹Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/teseFinal.pdf>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

Nacional de Esporte Recreativo e Lazer (SNDEL) e Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento (SNEAR).

Nessa organização a política pública do esporte recreativo e do lazer ficou sob a tutela da destituída SNDEL, uma vez que na atualidade, a responsabilidade pelo desenvolvimento das ações nesse campo é da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). A missão dessa secretaria em relação à implementação e disseminação de planos, projetos e programa de lazer está relacionada à: I. Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social; II. Planejar, supervisionar, coordenar e realizar estudos compreendendo: a) o desenvolvimento das políticas, programas e projetos esportivo-educacionais, de lazer e de inclusão social; b) a execução das ações de produção de materiais esportivos em âmbito nacional; e c) a execução das ações de promoção de eventos; III. Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação; IV. Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da administração pública federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não governamentais sem fins lucrativos, nas ações ligadas aos programas e projetos sociais esportivos e de lazer².

Assim analisamos as políticas públicas para o lazer, como aquelas que o governo (nos três âmbitos: municipal, estadual e federal) tem por determinação elaborar, fomentar, analisar, garantir a participação da população e sua aplicação através de instrumentos, leis e profissionais qualificados do lazer, garantindo um direito essencial do cidadão brasileiro perante a constituição brasileira de 1988.

A partir destas questões relevantes, procuramos elencar no município de Ouro Branco políticas e projetos no âmbito do esporte e lazer que de fato atendem à comunidade. E neste mergulhar exploratório nos deparamos com diversas ações esportivas de cunho competitivo, e equipamentos esportivos em desuso e/ou usos inadequados, como o Ginásio de Ginástica. Dessa forma,

²Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/snelis/sobre.jsp>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

procuramos levar à comunidade um projeto que atenda aos anseios da população e que garanta a animação de um espaço de valor econômico alto e, acima de tudo de altíssimo valor humano. Além disso, com a participação brasileira nas últimas olimpíadas, observamos um crescente interesse das crianças na prática dessa modalidade.

Mas afinal, o que é a Ginástica?

Na Europa no século XVIII, vão surgindo formas sistematizadas dos exercícios que foram denominados “métodos ginásticos”, e os três que deram origem às primeiras sistematizações sobre a ginástica nas sociedades burguesas: a Alemanha que tinha como o ideal formar homens fortes para defender a pátria, cujo precursor foi Friedridrich Ludwig Jahn; a Suécia, cujo objetivo era eliminar os vícios da sociedade como o álcool e tendo como idealizador Pehr Henrick Ling; a França, que era revolucionária com ideais liberais, que via no exercício físico uma forma de educar o homem e tem como criador o D. Francisco de Amorós y Ondeano. Esses “métodos ginásticos” foram implantados em outros países fora da Europa (SOARES, 1994).

A ginástica vista, neste íterim como científica, contribuiu de forma significativa para esse modelo de sociedade industrial, sendo utilizada para corrigir vícios posturais adquiridos no trabalho e, sendo assim, estava criando vínculos com a medicina e ganhando mais espaço. A essa feição médica, soma-se outra à ginástica: aquela de ordem disciplinar (SOARES, 1994).

Como pode ser vista, a forma como se procedeu a evolução da Educação Física no decorrer do tempo, e analisando esse contexto, o que ocorre é a mudança da função da ginástica para cada período, pois a ginástica no início era praticada com exercícios sistematizados, objetivando a disciplina que era vista como necessária para educar o corpo. Ao longo da história, a ginástica foi agonizando por vários fatores, entre eles, a mudança nos objetivos da sociedade em si e, como isso, aos poucos foi-se dando menos importância para a inserção da ginástica no currículo escolar. Durante as aulas de Educação Física a presença deste conteúdo ocorre só no primeiro momento como preparação para a atividade “principal”.

E a Ginástica Esportiva, do que se trata?

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

O que se tem visto nos últimos anos é o aumento do número de crianças e adolescentes que praticam esportes. É evidente que o esporte pode contribuir para o desenvolvimento físico, emocional e intelectual de crianças e adolescentes, mas também pode contribuir para a formação humana, dependendo do significado que é atribuído a essa prática. O esporte traz consigo a possibilidade de desenvolver a autoconfiança e influencia de que modo o ser humano age dentro da sociedade.

Mas, para que assim ocorra, é preciso que os métodos de aplicação desses conteúdos sejam adequados às características das crianças e os espaços onde ocorre essa prática devem ser bem organizados para que aconteça essa adequação (BEZERRA; FERREIRA FILHO; FELICIANO, 2006).

Segundo Nascimento (2010), o esporte é a ferramenta mais utilizada para promover o movimento corporal nas escolas, mas o que se tem observado é uma limitação em trabalhar apenas modalidades como futebol, basquetebol, handebol e voleibol, que fazem parte do conteúdo das aulas de Educação Física, e outras modalidades, como Ginástica Artística, atletismo e judô, que são pouco trabalhados nas escolas. Por isso, devem ser proporcionadas, ao aluno, oportunidades para conhecimento de outras práticas para que ele possa optar. Mas, na verdade, o que acontece é que o aluno reconhece outras possibilidades, desatreladas do currículo escolar, ligadas a atividades extraclases.

Quando se trata de discutir a forma com que o esporte entra em cena, tem que se olhar mais profundo sobre o que permeia essa situação, e visualizar que não é o esporte, de uma forma geral, que é difundido, e fica restrito a apenas algumas modalidades esportivas. A ginástica em meio a esse cenário fica “excluída”, e quando é notada a presença da mesma, é colocada de forma que sua prática não pode ser acessível a todos; que essa modalidade é dotada apenas de movimentos complexos difíceis de serem executados; e que, para ser praticada, a pessoa tem que obrigatoriamente possuir habilidades motoras. Por isso, não há possibilidade dessa prática na escola, pois, pelo que é repassado como “prática para poucos”, a ginástica continua com a “função” de apenas aquecimento nas aulas de Educação Física.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

Assim, na defesa deste conhecimento como riqueza inalienável de todos os povos, as reflexões extrapolaram o universo escolar como possibilidade para a universalização deste conteúdo, questionando-se de que forma seria possível inserir a Ginástica Artística dentro do contexto escolar como um meio de contribuir para a formação dos indivíduos ali inseridos.

Neste sentido, defendemos que a Ginástica Artística seja de acesso à comunidade, mas não sob uma perspectiva esportivizada e competitiva, em que prevaleça somente o “mais rápido, mais alto e mais forte” mas, a partir de uma “transformação didático-pedagógica do esporte” (Kunz, 1991) em que o movimento gímico seja capaz de ampliar as referências do “se-movimentar humano”.

1.2. Caracterização da Região onde será desenvolvido o programa/projeto

Ouro Branco possui aproximadamente 35 mil habitantes em cerca de 260 km² de extensão. A atividade preponderante do município é a industrial, que se iniciou com a instalação da então empresa estatal Aço Minas Gerais S.A. em 1976, hoje, Gerdau Açominas S.A, que inaugurou o ciclo do aço no município. Atualmente, a cidade abriga duas instituições federais de ensino, um campus da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), e um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), que trouxeram uma nova configuração para a cidade frente às demandas dos estudantes e professores advindos de diferentes locais do país. Diante deste contexto, torna-se relevante pensar nas ações e possibilidades de lazer ofertadas na cidade pelo poder público para buscar garantir este direito social.

No que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer, observamos um grande número de ações esportivas na perspectiva competitiva, que não garantem o acesso ao Lazer como um direito social para a grande maioria da população.

1.3. Justificativa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

conviverem com as injustiças da sociedade. A outra corrente entende o lazer enquanto algo gerado social e historicamente, possibilitando o desenvolvimento de valores questionadores da ordem estabelecida e colaborando para a formação de indivíduos críticos e participantes da sociedade.

Contribuem para o desenvolvimento dessas duas correntes: a crescente possibilidade de consumo de bens e serviços e; as ações organizadas, principalmente, por parte da sociedade civil e do poder público (ligado, sobretudo, a governos progressistas), que passaram a entender o lazer como um direito de cidadania e, portanto, como uma das prioridades de governo. Para Cunha (2004), devido ao fato do lazer ser uma área relativamente recente da economia brasileira, a sociedade em geral, não possui consciência sobre a relevância, em termos econômicos e profissionais dessa área.

Assim, ao discutir o formulação de políticas públicas de lazer, é necessário ressaltar o entendimento de lazer como um campo multidisciplinar que possibilita a concretização de propostas interdisciplinares, por meio da participação de profissionais com diferentes formações. Embora, lamentavelmente, muitas vezes se acredite que para atuar no campo do lazer não seja necessário ter uma formação específica e aprofundada sobre este fenômeno (ISAYAMA, 2006).

A formulação das políticas públicas de lazer deve considerar os profissionais envolvidos, no sentido de garantir que esse profissional já tenha acesso aos conhecimentos sobre o lazer, e que sua atuação considere o papel de desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos com um dos pilares básicos; compreendendo o conjunto de barreiras presentes na prática do lazer, que tem como pano de fundo o fator econômico, alicerçado nos preconceitos elaborados por uma grande parte da população (mulheres, crianças, idosos, portadores de deficiências, negros, índios, homossexuais, entre outros).

Werneck (1997) ressalta que as políticas comprometidas com esta visão precisam respeitar e compreender a diversidade cultural, buscando a reflexão e a ampliação do seu potencial crítico e criativo, tendo em vista a complexidade e o processo dinâmico de nossa sociedade. Com base nisso, torna-se possível descobrir novas formas de enfrentar as barreiras socioeconômicas que

Atualmente as crianças necessitam de trabalhos voltados para sua formação e a ginástica artística quando bem conduzida, auxilia na boa formação da personalidade da criança, levando-a a ser criativa, espontânea, livre, segura, equilibrada e consciente de suas reações e emoções.

A Ginástica Artística desperta na criança o gosto e sentido de iniciativa, levando-a a aceitar e controlar o incomum, até o domínio do risco, em um clima de maior confiança em si. Se bem trabalhada leva a criança a conscientizar-se de seu próprio corpo, dominando as possibilidades de movimento deste corpo. Este esporte quando bem conduzido, auxiliará na boa formação da personalidade da criança, levando-a a ser criativa, espontânea, livre, segura, equilibrada e consciente de suas reações e emoções. Atualmente as crianças necessitam de trabalhos voltados para sua formação, e a ginástica artística por suas características pode oferecer essa possibilidade, pois é um esporte desafiador, utilizando como material a ser trabalhado o próprio corpo da criança.

Neste sentido, este projeto de extensão atende tanto os anseios da comunidade na defesa pelo direito ao Lazer através da vivência da modalidade esportiva ginástica artística, quanto no fomento por políticas públicas de esporte e lazer.

2 - PÚBLICO ALVO

O presente projeto se destina ao público infantil, de 7 a 12 anos, do município de Ouro Branco, e em situação de vulnerabilidade social.

3 - OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral é a partir da perspectiva do lazer como um direito, valorizar a criança como um ser em formação, enfocando os diversos aspectos do seu desenvolvimento: o lúdico, o aprendizado técnico específico da

modalidade, a sociabilidade e valores, incluindo a competição como uma oportunidade de avaliação de rendimento individual inserida numa perspectiva de cooperação.

3.2. Objetivos Específicos

- Possibilitar o acesso ao Lazer como direito social;
- Animar o Ginásio de Ginástica a partir da oferta do projeto;
- Proporcionar aos participantes uma vivência prática em Ginástica Artística, contribuindo para a sua formação como cidadão;
- Oportunizar aos participantes a prática da Ginástica Artística, desenvolvendo as aptidões associadas a esta modalidade esportiva.
- Contribuir na integração social das crianças, através do esporte;
- Oportunizar a participação das crianças em atividades que propiciam o desenvolvimento físico, psíquico e social, mediante orientação adequada;
- Oferecer uma oportunidade de Atividade Acadêmica Complementar aos acadêmicos dos cursos técnicos integrados para que possam vivenciar a atividade física e a socialização com a comunidade na qual o IFMG está inserido;
- Facilitar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas na área da Educação Física, Esporte e Lazer.

4 - PLANO DE TRABALHO

O projeto será desenvolvido no Ginásio de Ginástica da Prefeitura Municipal de Ouro Branco, inicialmente com 20 crianças com faixa-etária entre 06 e 12 anos, sendo duas turmas de 10 crianças. O processo de inscrição dos participantes será na Secretaria Municipal de Esportes, respeitando os critérios de faixa etária e situação de vulnerabilidade social. Caso seja necessário, o assistente social do IFMG – *Campus* Ouro Branco auxiliará neste processo. Para estruturação e planejamento das atividades do projeto são realizadas reuniões pedagógicas semanais pela professora orientadora, assistente social,

bolsista e voluntários.

Serão elaborados os protocolos para avaliações motoras, considerando os testes que melhor se aplicam à faixa etária e aos objetivos do trabalho que está sendo desenvolvido. As aulas serão aplicadas duas vezes por semana em sessões de uma hora. As atividades serão elaboradas e adequadas conforme o repertório motor verificado na população, através das avaliações. E após algum período de intervenção junto às crianças, será proporcionado às mesmas a participação em campeonatos, festivais e apresentações da modalidade. Periodicamente serão elaborados relatórios do trabalho desenvolvido e a divulgação dos mesmos em congressos e eventos da área. Todas as atividades serão realizadas de forma coletiva, com todos os integrantes do grupo (professora orientadora, assistente social, bolsista e voluntários).

5 - IMPACTO DO PROGRAMA/PROJETO

5.1. Tecnológico

Não se aplica.

5.2. Social

Possibilitar o acesso ao Lazer como um Direito Social, e viabilizar a partir desta vivência uma ampliação de repertório motor dos participantes que possibilite a assimilação de conhecimentos básicos e de condições para criarem e acrescentarem novos movimentos ou combinarem movimentos. Permitir a estes conhecer seus direitos e deveres, respeitando seus interesses, de modo a serem capazes de organizarem-se para se compreender, objetivando que acima de tudo, que possam ter acesso às decisões que os afetam individual e coletivamente.

5.3. Econômico

Não se aplica.

6 – METODOLOGIA

Na sua essência, a proposta pedagógica é valorizar a criança como um ser em formação, enfocando os diversos aspectos do seu desenvolvimento: o lúdico, o aprendizado técnico específico da modalidade, a sociabilidade e valores, incluindo a competição como uma oportunidade de avaliação de rendimento individual inserida numa perspectiva de cooperação.

Está dirigido ao público infantil, de 7 a 12 anos, sendo que, à medida que o aluno participa do programa, os exercícios vão evoluindo em sua complexidade.

Serão ofertadas duas aulas semanais, com a duração de uma hora, para duas turmas de 10 (dez) alunos cada.

Em todas as aulas, existe uma sequência de objetivos que é mantida:

- aquecimento - normalmente composto de atividades lúdicas de caráter integrador, que propõem grande movimentação, colocando em ação todos os grupos musculares e promovendo a integração entre o adulto e as crianças, e as crianças entre si. Normalmente, são jogos recreativos que podem ser propostos tanto pelo professor como pelas crianças. Cada grupo começa desde o início a criar aqui a sua identidade lúdica.
- os exercícios formativos - compostos por exercícios de mobilidade articular, alongamentos e exercícios básicos da dinástica artística. Neste momento as crianças precisarão concentrar-se mais e dirigir a sua atenção para a melhoria da sua condição física. A ideia é também criar uma rotina de exercício, repetindo-os sequencialmente, de forma a possibilitar a memorização da série já neste momento. Desta forma estaremos capacitando-os a prepararem-se para os exercícios acrobáticos. À medida que o aluno evolui no programa, aos exercícios formativos vão sendo acrescentados exercícios de maior complexidade e relacionados aos exercícios acrobáticos aprendidos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

- exercícios acrobáticos - são os ginásticos propriamente ditos. Neste programa existe uma proposta de exercícios, de ginástica de solo e saltos, que vão crescendo em grau de dificuldade e complexidade. A velocidade de aprendizagem é individual, de acordo com cada aluno, mas também existe a evolução do grupo como um todo, o que ajuda a definir o ritmo do mesmo.

7 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES												
Ações	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Divulgação do Projeto	x											
Inscrição dos Participantes	x											
Entrevistas com familiares	x	x										
Protocolos de Avaliação	x	x				x	x				x	x
Realização das Aulas		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reuniões	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Relatório Parcial					x	x						
Participação em Congressos					x	x					x	x
Capacitação da Equipe	x				x				x			
Relatório Final											x	x

8 - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Inicialmente serão realizadas entrevistas com os participantes e seus responsáveis junto à professora orientadora e assistente social para cadastro e realização de anamnese. Serão elaborados os protocolos para avaliações motoras, considerando os testes que melhor se aplicam à faixa etária e aos objetivos do trabalho que está sendo desenvolvido. Periodicamente serão

elaborados relatórios do trabalho desenvolvido e a divulgação dos mesmos em congressos e eventos da área.

9 – CONTINUIDADE E EFEITO MULTIPLICADOR

Objetivamos realizar parcerias com as faculdades de Educação Física da região com o intuito de possibilitar estágios acadêmicos no projeto. Dessa forma, possibilitaremos a formação de profissionais qualificados que possam multiplicar nossas ações.

Além disso, intentamos que com a realização do projeto possamos fomentar políticas públicas de esporte e lazer que se configurem na universalização dos direitos e no respeito à diversidade.

10 – PARCERIAS

Para a realização do projeto, foi necessário estabelecer parceria com a Prefeitura Municipal de Ouro Branco (PMOB), especificamente com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Nesta parceria, a PMOB disponibilizará toda a infraestrutura necessária para a realização das atividades conforme declaração anexa.

11 – ORÇAMENTOS

A Prefeitura Municipal de Ouro Branco já dispõe de toda infraestrutura necessária para o desenvolvimento do projeto, incluindo ginásio, equipamentos e material de consumo. Conforme a parceria acordada toda essa infraestrutura será disponibilizada para o projeto (vide declaração).

12 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, S. P.; FERREIRA FILHO, R. A.; FELICIANO, J. G. A importância da aplicação de conteúdos da ginástica artística nas aulas de educação física no ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Revista Mackenzie de Educação Física e

PINA, Luís Wilson. Multiplicidade de profissionais e de funções. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer, Formação e Atuação Profissional**. Campinas: Papirus, p. 117-130. 1995.

SOARES, C. Educação Física: Raízes Europeias e Brasil. São Paulo: Autores Associados, 1994.

STOPPA, Edmur A. Lazer e mercado de trabalho. **Licere**, Belo Horizonte, v.3. n.1, p.176-181, set. 2000.

STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Lazer, Mercado de trabalho e atuação profissional. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Lazer e mercado**. Campinas, SP. Papirus. p. 71-100, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Os setores Público e Privado no Lazer e no Turismo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). In: **Lazer: Formação e atuação profissional**. Campinas, SP: Coleção Fazer Lazer. Papirus, 1995.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. A constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, 2000, Balneário Camboriú. **Coletânea...** Balneário Camboriú: Roca/Universidade do Vale do Itajaí, 2000. p. 77-88.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. Lazer e Mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; STOPPA, Edmur Antônio; ISAYAMA, Hélder Ferreira (orgs.). **Lazer e Mercado**. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Fazer/Lazer).

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da

Esporte, v. 5, n. 3, p. 127-134, 2006. Disponível em:
<<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/remef/search/results>>. Acesso em:
19 out 2011.

CUNHA, Nayara Avelar. **Lazer e Clubes**: mapeamento do campo de atuação profissional do lazer em clubes de Belo Horizonte. Monografia (graduação) Belo Horizonte, MG: [s.n], 43p. 2004.

GUTTERRES, Etel Soares; RODRIGUES, Rejane Penna. Orçamento Participativo e a Questão do Lazer: o caso de Porto Alegre – RS. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.) **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. Lazer, Formação e Mercado de Trabalho. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; SÁ, Eduardo Penna de. **Lazer, empresa e atuação profissional**. Brasília: SESI/DN, 2006. 84 p.: Il.: 21 cm. (Gestão de Lazer, 12).

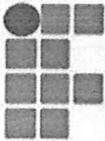
KUNZ, E. Educação Física: ensino e mudanças. Ijuí: Unijuí, 1991.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudo do Lazer: Uma Introdução**. 3ª Ed. Ampliada. São Paulo: Campinas. Autores Associados, 2001.

MENICUCCI, T. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (org.). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008, p.179-202.

NASCIMENTO, L.S.F. Ginástica Artística: equilíbrio corporal no desenvolvimento das habilidades motoras na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. 2010.104f. Dissertação. UNISALLE, Canoas.

PEREIRA, Cássio Avelino Soares. Terceiro Setor. In: GOMES, Christianne Luce (org). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.



INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO

congestão à co-gestão. **Revista Motrivivência**, ano X, nº. 11, setembro, 1998.